

Anexo V da Ordem de Serviço SUBSET nº 07, de 29 de janeiro de 2019
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$								RS
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	107.684.934,20	278.545,84	12.021.342,25	2.290,00	1.120.717,17	94.262.038,94	9.245.380,06	-
Transferências do FUNDEB - 60%	7.742.620,00	-	5.185.518,71	-	2.557.101,29	-	-	-
Transferências do FUNDEB - 40%	24.340.741,50	2.115.158,84	10.968.233,42	-	1.809.841,47	9.447.507,77	-	-
Outros Recursos Destinados à Educação	129.937.800,00	240.382,41	5.866.546,67	-	773.578,49	123.057.292,43	5.378.831,99	-
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	176.577.434,23	27.696.320,99	67.169.238,25	9.973.679,55	2.308.604,77	69.429.590,67	21.448.416,88	-
Outros Recursos Destinados à Saúde	305.881.219,03	1.977.342,05	50.756.110,05	614.968,55	376.955,43	252.155.842,95	32.363.116,83	-
Recursos Destinados à Assistência Social	26.964.867,02	3.302,20	79.547,52	-	200.108,18	26.681.909,12	2.630.347,33	-
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	3.643.997.747,99	-	-	-	-	3.643.997.747,99	-	-
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	161.186.113,81	-	-	-	276.241,31	160.909.872,50	-	-
Recursos De Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e Sa	229.193.652,34	1.659.032,36	3.025.244,90	-	32.510,29	224.476.864,79	95.572.044,38	-
Recursos de Alienação de Bens Ativos	6.754.147,47	483.705,75	215.692,50	-	5.035,73	6.049.713,49	2.168.782,70	-
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	874.307.734,55	2.681.687,72	14.006.809,69	865.203,59	118.393.694,71	738.360.338,84	69.566.071,27	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.694.569.012,14	37.135.478,16	169.294.283,96	11.456.141,69	127.854.388,84	5.348.828.719,49	238.372.991,44	-
Recursos Ordinários	972.353.989,74	21.212.165,37	39.492.429,29	3.350.865,44	22.503.145,87	885.795.383,77	250.281.510,13	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	972.353.989,74	21.212.165,37	39.492.429,29	3.350.865,44	22.503.145,87	885.795.383,77	250.281.510,13	-
TOTAL (III) = (I + II)	6.666.923.001,88	58.347.643,53	208.786.713,25	14.807.007,13	150.357.534,71	6.234.624.103,26	488.654.501,57	-

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 - Na linha "Recursos de Alienação de Bens Ativos" estão sendo considerados os recursos pertinentes ao caixa do tesouro e aos fundos públicos.
- 2 - Nas linhas "Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário" e "Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro" não estão sendo contemplados as disponibilidades e obrigações financeiras contabilizadas no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), os quais estão sendo computados na linha "Outras Destinações Vinculadas de Recursos".
- 3 - Na linha "Outras Destinações Vinculadas de Recursos", está sendo computado o montante de R\$ 14.543,49 registrado na conta contábil "111110100 - Caixa" e o montante de R\$ 500,00 registrado na conta contábil "111110200 - Adiantamento para Fundo Fixo - CEASA".
- 4 - Os valores a repassar a título da DREM (Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios) pelas autarquias (R\$ R\$ 9.381.242,68) e fundos (R\$ 5.545.412,86), em 31/12/2018, conforme registrado na conta contábil "218929001 - Valores a Recolher ao Tesouro Estadual - DREM", foram considerados como disponibilidade de caixa bruta na linha "Recursos Ordinários".
- 5 - Na linha "Recursos Ordinários" estão considerados somente os seguintes detalhamentos: "000000 - Recursos Ordinários/ Superávit Financeiro"; "000005 - Superávit Financeiro"; "000006 - Excesso de Arrecadação"; "000011 - Superávit Financeiro - ALEES"; "000017 - Superávit Financeiro - LC 833/2016" da fonte de recursos "01 - Recursos Ordinários".
- 6 - Em observância ao art. 35 do Decreto 4330-R/2018, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

JOSE RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM
Secretário de Estado da Fazenda

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 0111212/O-0

Anexo VI da Ordem de Serviço SUBSET nº 07, de 29 de janeiro de 2019
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

LRF, art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		13.567.368.617,47	
Receita Corrente Líquida Ajustada		13.564.512.417,47	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		5.656.395.571,81	41,70%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%		6.646.611.084,56	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%		6.314.280.530,33	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		2.706.649.866,11	19,95%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		27.134.737.234,94	200,00%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		50.722.090,10	0,37%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.984.821.095,84	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		61.324.082,54	0,45%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.170.778.978,80	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		949.715.803,22	7,00%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		488.654.501,57	6.234.624.103,26

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Em observância ao art. 35 do Decreto 4330-R/2018, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM
Secretário de Estado da Fazenda

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 0111212/O-0

Anexo IV da Ordem de Serviço SUBSET nº07, de 29 de janeiro de 2019
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	36.299.095,45	61.324.082,54
Interna	485.159,10	2.284.146,19
Empréstimos	485.159,10	2.284.146,19
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
Externa	35.813.936,35	59.039.936,35
Empréstimos	35.813.936,35	59.039.936,35
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
TOTAL (I)	36.299.095,45	61.324.082,54
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.567.368.617,47	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	61.324.082,54	0,45%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	2.170.778.978,80	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.953.701.080,92	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	949.715.803,22	7,00%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Em observância ao art. 35 do Decreto 4330-R/2018, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
CRC ES nº 011212/O-0

ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 07, de 29 de janeiro de 2019
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	46.423.641,64	47.432.556,91	49.129.566,28	50.722.090,10
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	46.423.641,64	47.432.556,91	49.129.566,28	50.722.090,10
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	46.423.641,64	47.432.556,91	49.129.566,28	50.722.090,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	12.193.441.015,92	12.556.663.471,31	12.890.426.079,14	13.567.368.617,47
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,38%	0,38%	0,38%	0,37%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.682.557.023,50	2.762.465.963,69	2.835.893.737,41	2.984.821.095,84
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.414.301.321,15	2.486.219.367,32	2.552.304.363,67	2.686.338.986,26

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Os valores a seguir, classificados contabilmente como "Contragarantia Recebida", não estão sendo considerados neste demonstrativo, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo):

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2017 Em R\$	Posição - Dezembro de 2018 Em R\$
711110102 - FIANÇAS	14.830.883,18	16.517.502,36
711110105 - SEGUROS-GARANTIA	103.538.301,13	116.078.376,27
711110109 - CAUÇÕES RECEBIDAS EM DINHEIRO	5.477.640,17	6.805.828,86
711110110 - OUTRAS CAUÇÕES RECEBIDAS	1.961.849,10	1.961.684,41
711110121 - AVAIS - A DETALHAR POR CONTRATO	8.510,40	8.510,40
711110123 - FIANÇAS - A DETALHAR POR CONTRATO	2.631.285,56	2.628.119,89
711110127 - SEGUROS-GARANTIA - A DETALHAR POR CONTRATO	28.151.229,69	25.580.965,57
711110108 - TÍTULOS PÚBLICOS	127.450,15	127.450,15
711110131 - CAUÇÕES - A DETALHAR POR CONTRATO	3.264.817,85	3.150.601,33
711110199 - OUTRAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	157.704,02	158.130,56
712110109 - CAUÇÕES	989.688,07	989.688,07

2 - Em observância ao art. 35 do Decreto 4330-R/2018, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
CRC ES nº 011212/O-0

ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM
Secretário de Estado da Fazenda

JOSE RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 07, de 29 de janeiro de 2019
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ 1,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018			
		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)		6.827.397.257,39	6.858.492.046,58	6.955.097.185,79	6.932.870.160,47
Dívida Mobiliária		-	-	-	-
Dívida Contratual		6.637.724.000,59	6.681.869.649,49	6.790.490.726,89	6.821.383.803,13
Empréstimos		3.882.703.728,91	3.922.471.173,32	4.064.969.016,69	4.126.395.346,26
Internos		2.921.706.807,43	2.905.569.006,18	2.890.644.426,43	2.884.052.313,55
Externos		960.996.921,48	1.016.902.167,14	1.174.324.590,26	1.242.343.232,71
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios		2.302.613.021,45	2.333.974.627,44	2.327.873.506,41	2.320.235.953,52
Financiamentos		-	-	-	-
Internos		-	-	-	-
Externos		-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas		401.200.669,96	391.849.480,46	382.523.146,44	374.752.303,35
De Tributos		-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias		1.291.256,56	1.225.870,52	1.209.524,01	-
PIS/PASEP		399.909.413,40	390.623.609,94	381.313.622,43	374.752.303,35
De Demais Contribuições Sociais		-	-	-	-
Do FGTS		-	-	-	-
Com Instituição Não financeira		-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais		51.206.580,27	33.574.368,27	15.125.057,35	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos		-	-	-	-
Outras Dívidas		189.673.256,80	176.622.397,09	164.606.458,90	111.486.357,34
DEDUÇÕES (II)		4.659.408.379,59	5.290.935.397,78	5.736.810.646,54	4.226.220.294,36
Disponibilidade de Caixa		2.671.806.681,79	3.258.071.126,28	3.579.422.512,14	2.891.980.705,22
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.954.937.179,91	3.359.329.224,21	3.654.563.813,40	3.164.279.828,80
(-) Restos a Pagar Processados		283.130.498,12	101.258.097,93	75.141.301,26	272.299.123,58
Demais Haveres Financeiros		1.987.601.697,80	2.032.864.271,50	2.157.388.134,40	1.334.239.589,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)		2.167.988.877,80	1.567.556.648,80	1.218.286.539,25	2.706.649.866,11
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		12.193.441.015,92	12.556.663.471,31	12.890.426.079,14	13.567.368.617,47
% da DC sobre a RCL (I/RCL)		55,99	54,62	53,96	51,10
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)		17,78	12,48	9,45	19,95
LÍMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%		24.386.882.031,84	25.113.326.942,62	25.780.852.158,27	27.134.737.234,94
LÍMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%		21.948.193.828,66	22.601.994.248,36	23.202.766.942,44	24.421.263.511,45

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018			
		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000		-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ¹		54.458.850,59	43.521.647,16	36.196.207,46	166.530.023,70
PASSIVO ATUARIAL		2.182.393.865,20	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20	2.492.618.793,96
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA		363.117.982,52	416.720.513,18	423.468.113,44	379.818.576,67
RP NÃO-PROCESSADOS		363.802.295,89	122.286.907,74	23.024.846,19	543.606.906,28
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO		-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP		-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS – LC 151/2015		120.811.196,67	140.384.678,66	141.674.919,58	153.489.109,16

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

1. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público.
- Em observância ao disposto na página nº 553 do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 8ª edição, o saldo devedor do parcelamento da contribuição ao PASEP pertinente ao RRPS está sendo considerado na linha "Dívida Consolidada Bruta (DC)". Tal cálculo ocasionou a diferença de R\$ 75.143.960,09 (coluna "Saldo do Exercício Anterior"); R\$ 73.387.929,89 (coluna "Até o 1º quadrimestre") e R\$ 71.607.715,63 (coluna "Até o 2º quadrimestre") em relação aos Demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida referente ao 3º quadrimestre de 2017, ao 1º quadrimestre de 2018 e ao 2º quadrimestre de 2018, respectivamente.
- Em virtude de solução de consulta emada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na Disponibilidade de Caixa estão sendo consideradas as aplicações de liquidez imediata registradas na conta contábil "114000000" e os restor a pagar processados da UG "600210 - IPAJM". Tais valores são os seguintes:
 - Linha "Disponibilidade de Caixa Bruta": R\$ 24.679.591,62 (Saldo do exercício anterior); R\$ 11.344.961,15 (Até o 1º quadrimestre); R\$ 18.489.016,35 (Até o 2º quadrimestre); R\$ 15.861.579,75 (Até o 3º quadrimestre).
 - Linha "Restos a Pagar Processados": R\$ 3.443.732,74 (Saldo do exercício anterior); R\$ 29.564,82 (Até o 1º quadrimestre); R\$ 29.564,82 (Até o 2º quadrimestre); R\$ 3.626.093,83(Até o 3º quadrimestre).
- Em decorrência das alterações descritas nas notas explicativas 2 e 3, a dívida consolidada líquida sofreu as seguintes alterações, em relação aos demonstrativos publicados referentes ao 3º quadrimestre de 2017, ao 1º quadrimestre de 2018 e referente ao 2º quadrimestre de 2018, respectivamente:
 - R\$ 53.908.101,21 na coluna "Saldo do Exercício Anterior".
 - R\$ 62.072.533,56 na coluna "Até o 1º Quadrimestre".
 - R\$ 53.148.264,10 na coluna "Até o 2º Quadrimestre".
- Em observância ao disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 8ª edição (p. 554), na linha "Dívida Consolidada (I)" não estão sendo consideradas as provisões que representem o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado.
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- Nos valores que compõem a Dívida Consolidada não está sendo considerado o montante de R\$ 5.960,76 - Coluna "Até o 1º Quadrimestre" registrado como atributo de superávit financeiro = "P" nas contas contábeis "214131101 - PIS/PASEP do Exercício" (R\$ 5.008,35) e "218910506 - Juros, Multas e Correções Monetárias sobre Obrigações Tributárias e Contributivas a Recolher" (R\$ 952,41) pela UG 410201 - IEMA, e o montante de R\$ 64.312,92 - Coluna "Até o 2º Quadrimestre" - registrado como atributo de superávit financeiro = "P" nas contas contábeis 2114131101 - PIS/PASEP do Exercício (7.889,52) e "213110100 - Fornecedores Nacionais do Exercício" (56.423,40) pela UG 280202 - DIO em virtude de tais valores não se referirem à Dívida Consolidada.
- Na linha "Demais Haveres Financeiros" não está sendo considerado o montante de R\$ 2.272.362,39 registrado na conta contábil "121110305 - Financiamentos Concedidos Via Agente Financeiro - BANDES (Exceto FUNDAP)", em virtude de tal aporte financeiro não ter sido realizado com recursos oriundos do orçamento fiscal e de seguridade social.
- Na linha "Depósitos e Consignações Sem Contrapartida" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 8ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; "218811404 - Retenção para Ressarcimento de Valores Pagos a Maior - Pessoal Requisitado"; "218811405 - Retenção para Pagamentos de Faturas"; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU; 218919902 - Simples Nacional a Recolher; 218811404 - Retenção para Ressarcimento de Valores Pagos a Maior - Pessoal Requisitado e 218811405 - Retenção para Pagamento de Faturas, em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- Os valores constantes na linha "Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015" foram informados pelo BANESTES.
- Em observância ao art. 35 do Decreto 4330-R/2018, este demonstrativo foi elaborado com base nos registros contábeis constantes nos SIGEFES.

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
CRC ES nº 011212/O-0

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM
Secretário de Estado da Fazenda

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

MARCO ANTÔNIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)						
	LIQUIDADAS						
	2018						
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	464.450.840,47	452.951.274,51	469.299.870,74	486.202.004,40	517.750.209,86	516.766.975,27	522.200.917,33
Pessoal Ativo	271.868.940,68	257.695.939,11	270.919.690,77	277.374.973,44	303.938.518,70	300.108.121,25	305.022.097,69
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	229.870.253,02	217.808.593,13	225.456.245,97	232.229.525,86	262.056.368,55	251.945.457,05	261.412.684,12
Obrigações Patronais	41.998.414,33	39.881.555,42	45.463.396,36	45.142.873,22	41.880.064,83	48.153.126,02	43.609.368,01
Benefícios Previdenciários	273,33	5.790,56	48,44	2.574,36	2.085,32	9.538,18	45,56
Pessoal Inativo e Pensionistas	187.409.097,95	184.829.850,85	187.621.241,13	195.346.678,51	198.605.678,54	199.391.839,54	205.271.044,29
Aposentadorias, Reservas e Reformas	157.656.587,02	156.113.803,07	158.473.751,21	164.889.918,98	168.107.422,36	168.622.492,48	174.372.950,10
Pensões	29.745.427,36	28.685.999,40	29.132.853,09	30.451.225,75	30.385.661,22	30.678.721,30	30.872.487,12
Outros Benefícios Previdenciários	7.083,57	30.048,38	14.636,83	5.533,78	112.594,96	90.625,76	25.607,07
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	5.172.801,84	10.425.484,55	10.758.938,84	13.480.352,45	15.206.012,62	17.267.014,48	11.907.775,35
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	59.765.373,89	37.370.255,29	33.899.321,70	36.093.869,65	33.763.388,02	50.943.519,72	79.622.540,37
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	68.527,29	248.090,92	495.935,64	751.873,15	561.808,12	756.504,91	521.345,11
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	76.559,23	54.002,12	235.102,80	1.554.784,99	268.844,17	17.716.765,48	26.863.445,39
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	28.142.299,54	8.364.647,80	4.210.445,86	4.258.357,14	2.756.959,99	2.002.483,86	1.658.480,16
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	31.477.987,83	28.703.514,45	28.957.837,40	29.528.854,37	30.175.775,74	30.467.765,47	50.579.267,71
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	404.685.466,58	415.581.019,22	435.400.549,04	450.108.134,75	483.986.821,84	465.823.455,55	442.578.376,96

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS					Total (Últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	2018						
	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	507.126.754,59	497.374.397,00	496.869.015,24	516.958.490,09	800.311.208,06	6.248.261.957,56	3.379.106,41
Pessoal Ativo	287.014.170,09	278.087.977,85	274.555.082,74	303.205.167,49	494.917.062,22	3.624.707.742,03	2.621.549,41
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	243.110.076,87	233.679.326,94	230.729.493,96	258.347.823,83	414.353.439,43	3.060.999.288,73	1.551.092,85
Obrigações Patronais	43.904.047,66	44.408.650,91	43.825.007,08	44.856.991,96	80.563.577,23	563.687.073,03	1.070.456,56
Benefícios Previdenciários	45,56	0,00	581,70	351,70	45,56	21.380,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	205.545.553,20	205.785.005,82	205.534.623,84	202.908.483,00	280.275.015,76	2.458.524.112,43	453.742,11
Aposentadorias, Reservas e Reformas	174.968.002,73	175.097.896,45	175.101.404,88	171.944.493,31	189.290.532,52	2.034.639.255,11	453.742,11
Pensões	30.393.121,98	30.619.473,36	30.397.999,74	30.904.263,25	34.754.310,04	367.021.543,61	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	184.428,49	67.636,01	35.219,22	59.726,44	56.230.173,20	56.863.313,71	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	14.567.031,30	13.501.413,33	16.779.308,66	10.844.839,60	25.119.130,08	165.030.103,10	303.814,89
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	43.243.787,09	33.672.003,30	37.902.097,42	33.035.364,79	115.903.366,63	595.214.887,87	30.604,29
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	780.639,90	553.462,05	718.045,42	508.368,87	383.162,34	6.347.763,72	12.925,46
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	10.131.152,98	714.382,26	1.063.781,72	239.463,49	53.366.934,57	112.285.219,20	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.058.933,62	2.565.505,39	1.933.143,95	2.770.451,86	2.041.871,88	62.763.581,05	17.678,83
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	30.273.060,59	29.838.653,60	34.187.126,33	29.517.080,57	60.111.397,84	413.818.323,90	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	463.882.967,50	463.702.393,70	458.966.917,82	483.923.125,30	684.407.841,43	5.653.047.069,69	3.348.502,12

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		13.567.368.617,47	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		2.856.200,00	-
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA		13.564.512.417,47	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + + III b)		5.656.395.571,81	41,70
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 30 da LRF)		6.646.611.084,56	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX)=(0,96 x VIII) (parágrafo único, art. 32 da LRF)		6.314.280.530,33	46,55
LIMITE DE ALERTA (X)=(0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		5.981.949.976,10	44,10

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GEORG/SUFIC

Notas Explicativas:
1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2- Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em lei Limite de Despesa com Pessoal.

3 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893)	3.658.841,02	-
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	38.184,81	-
AUXILIO MORADIA (ND 319017- 2173, 319092-4278)	629.686,44	-
TOTAL	4.326.712,27	-

4 - As Naturezas de Despesa 319091 (Sentenças Judiciais) e 319092 (Despesa de Exercícios Anteriores) do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

5 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas", está sendo computado os montantes de R\$ 1.926.028.726,19 (coluna: Total- últimos 12 meses) e R\$ 300.208,53 (coluna: Inscritas em Restos a Pagar não Processados), registrados na Natureza de Despesa 319113-4780, referente à Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

6 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	413.818.323,90	-
+ Despesa Liquidada pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-4780)	1.926.028.726,19	300.208,53
+ Inativos e Pensionistas Custeados com outros recursos (Poder Executivo)	118.677.062,34	153.533,58
Total	2.458.524.112,43	453.742,11

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.792.943.907,45	-
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes (Vide nota 7)	396.885.675,85	-
(-) Benefícios pagos com recursos oriundos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.926.028.726,19	-
(-) Abono Anual (Itens Patrimoniais 4969 e 4970 - Inativos Poder Executivo)	56.211.181,51	-
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)	413.818.323,90	-

7 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª edição, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, neste demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210)	395.935.828,55	
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	38.945.271,25	
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	38.460.201,52	
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	62.708.447,94	
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	246.028.291,31	
Ação 0127 - Benefícios Previdenciários dos Cartórios não Organizados do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	9.793.616,53	
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211)	949.847,30	
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	740.887,75	
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	35.226,32	
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	173.733,23	
Total	396.885.675,85	

8 - O valor de R\$ 2.531.200,00 constante na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)" foi obtido mediante o demonstrativo disponível no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (><http://tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, na opção "5 - Dados Consolidados", no tópico "Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais transferidas aos Estados").

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 011212/O-0

ROGÉLIO PEGORETTI CAETANO AMORIM
Secretário de Estado da Fazenda

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado